

APONTAMENTOS SOBRE AS VOTAÇÕES NA ONU

Há cerca de seis meses comecei a fazer um estudo sobre as votações na ONU que tinha por objectivo (ambicioso...) chegar à compreensão da movimentação diplomática e estratégica, a nível mundial, de alguns aspectos da questão de Timor-Leste. Um dos objectivos seria alcançar algumas conclusões e pistas para a intervenção a nível internacional. O primeiro passo, destinado a criar uma base de trabalho, foi a reformulação do quadro de votações da ONU editado na Funu pois trata-se de um mapa de difícil leitura e pouco produtivo - tornando mais fácil a leitura das votações.

Como era de prever, o fôlego com que comecei este trabalho (tal como outros ainda "em carteira") quebrou-se nas minhas limitações de informação, capacidade e conhecimento. Daí que, gorados os objectivos iniciais, o tenha escondido na gaveta durante vários meses ...

Porém, pensando melhor, decidi enviá-lo às CDPMs, visto que está agora lançada a todo o gás a dinâmica de grupos de estudo, podendo alguém aproveitar os apontamentos. Todos os apontamentos que envio só podem ser entendidos como material de base, sistematizado, a partir do qual será possível partir para algum tipo de estudo. Trata-se de matéria-prima, e não de matéria conclusiva - não contém nada de novo mas sim a sistematização dos elementos já há muito conhecidos.

É apenas nesta base que faço a remessa, com um abraço, a todos os companheiros da CDPM.

Rui Viana Pereira

2

APRESENTAÇÃO GERAL

1. Apresentam-se quatro quadros complementares sobre as votações na ONU:

Um permite a leitura das votações ano a ano, país por país (é o quadro editado na Funu).

Outro evidencia os resultados globais dos diferentes tipos de voto, ano a ano, e suas relações percentuais.

O terceiro é um quadro simplificado revelando apenas a movimentação de votos à direita e à esquerda, ano a ano.

Finalment, um para leitura da movimentação dos votos ou sua flutuação país a país anualmente, permitindo apreender graficamente as deslocções de voto à direita e à esquerda (ou sua fixação).

2. Nos quadros de votações e no texto, /S/ significa voto favorável a Timor-Leste; /A/ abstenção; /a/ ausência da sala, qualquer que seja o seu motivo; /N/ voto favorável à Indonésia.

Feita a distinção entre /A/ e /a/, note-se que por vezes é necessário tomar em conjunto as abstenções e as "saídas" da sala de votações; estes casos serão anotados por /Aa/ ou /A+a/, ou, no caso de se estar a fazer o estudo dos movimentos de voto, /A,a/ ou /a,A/, revelando assim a ordem cronológica respectiva.

Sempre que possível os votos /S/ são apostos à esquerda dos quadros, /N/ à direita, e o conjunto /Aa/ ao centro, de forma a criar uma certa correspondência gráfica e leitura imediata das "deslocações de voto à direita e à esquerda".

QUADRO PAÍS A PAÍS, ANO A ANO

Notas		N	Voto "NÃO"
(1)	Não era membro da ONU	A	Voto "ABSTENÇÃO"
(a)	Ausência na votação	1981	Votação na 4a. Comissão
S	Voto "SIM" na votação		

PAÍSES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
AFEGANISTÃO	A	A	A	S	S	S	S	S
ALBÂNIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ALEMANHA FEDERAL	A	A	A	A	A	A	A	A
ALEMANHA DEMOCRÁTICA	S	S	S	S	(a)	(a)	(a)	(a)
ALTO VOLTA	S	S	S	S	S	S	S	A
ANGOLA	(1)	(1)	S	S	S	S	S	S
ANTIGUA BARBUDA	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	N
ARABIA SAUDITA	N	N	N	N	N	N	N	N
ARGELIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ARGENTINA	A	A	A	A	A	N	N	N
AUSTRÁLIA	S	A	A	N	N	N	N	N
AUSTRIA	A	A	A	A	A	A	A	A
BAHAMAS	A	A	A	A	A	A	A	A
BAHREIN	S	A	A	A	A	A	N	N
BANGLADECH	S	N	N	N	N	N	N	N
BARBADOS	S	S	S	S	S	S	S	S
BELGICA	A	A	A	A	A	A	A	A
BELIZE	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	S	S
BENIM	N	S	S	S	S	S	S	S
BIELORRUSIA	S	S	S	S	S	S	S	S
BIRMÂNIA	(a)	(a)	A	A	A	(a)	A	A
BOLÍVIA	S	A	A	A	A	N	N	A
BOTSVANA	S	S	S	S	S	S	S	A
BRASIL	S	S	S	S	S	S	S	S
BULGÁRIA	S	S	S	S	S	(a)	(a)	(a)

PAISES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
BURUNDI	S	S	S	S	S	S	S	S
BUTÃO	A	A	A	A	A	A	A	A
CABO VERDE	(1)	S	S	S	S	S	S	S
CAMARÕES	S	S	S	S	A	A	S	A
CAMPUCHEIA	(a)	S	(a)	(a)	(a)	N	N	N
CANADA	A	A	A	A	A	N	N	N
CHADE	S	S	S	S	S	S	S	N
CHECOSLOVAQUIA	S	S	S	S	A	A	A	A
CHILE	A	N	N	N	N	N	N	N
CHINA	S	S	S	S	S	S	S	S
CHIPRE	S	S	S	S	S	S	S	S
COLOMBIA	A	A	A	A	N	N	N	A
COMOROS	(1)	(a)	S	(a)	(a)	(a)	N	(a)
CONGO	(a)	S	S	S	S	S	S	S
COSTA DO MARFIM	S	S	A	A	A	A	A	A
COSTA RICA	A	A	A	(a)	S	A	S	A
CUBA	S	S	S	S	S	S	S	S
DINAMARCA	A	A	A	A	A	A	A	A
DJIBUTI	(1)	(1)	A	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
DOMINICA	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(a)	(a)	A
EGIPTO	S	S	N	N	N	N	N	N
EL SALVADOR	S	A	A	A	A	A	N	N
EMIRATOS AR UNIDOS	S	A	A	A	A	A	N	N
EQUADOR	S	S	S	(a)	(a)	A	A	A
ESPAÑA	A	A	A	A	A	A	A	A
ESTADOS UNIDOS	A	N	N	N	N	N	N	N
ETIOPIA	S	S	S	S	S	S	S	S
FIJI	S	A	A	A	A	A	A	N
FILIPINAS	N	N	N	N	N	N	N	N
FINLÂNDIA	A	A	A	A	A	A	A	A
FRANÇA	A	A	A	A	A	A	A	A
GABÃO	S	S	S	A	A	A	A	A
GAMBIA	S	S	S	S	S	(a)	(a)	N
GANÁ	S	S	S	S	S	S	S	S
GRANADA	S	A	S	S	S	S	S	S
GRÉCIA	S	S	S	S	S	S	S	S
GUATEMALA	A	A	A	A	A	(a)	N	N
GUIANA	S	S	S	S	S	S	S	S
GUINE	S	S	S	S	S	S	S	A
GUINE-BISSAU	S	S	S	S	S	S	S	S
GUINE EQUATORIAL	S	S	S	(a)	S	(a)	(a)	(a)
HAITI	S	A	S	S	S	S	S	A
HOLANDA	A	A	A	A	A	A	A	A
HONDURAS	(a)	A	A	(a)	N	N	N	N
HUNGRIA	S	S	S	S	A	A	A	A

PAISES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
IEMENE	(a)	A	(a)	(a)	N	N	(a)	N
IEMENE DEMOCRATICO	S	S	S	S	S	S	S	S
ILHAS SALOMÃO	(1)	(1)	(1)	(a)	(a)	(a)	A	N
INDIA	N	N	N	N	N	N	N	N
INDONESIA	N	N	N	N	N	N	N	N
IRÃO	N	N	N	N	S	S	S	(a)
IRAQUE	A	A	N	N	N	N	N	N
IRLANDA	A	A	A	A	A	A	A	S
ISLANDIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ISRAEL	A	A	A	A	A	A	A	A
ITALIA	A	A	A	A	A	A	A	A
JAMAICA	S	S	S	S	S	S	A	A
JAPÃO	N	N	N	N	N	N	N	N
JORDANIA	A	N	N	N	N	N	N	N
JUGOSLAVIA	A	A	A	A	A	A	A	A
KUWEIT	S	A	A	A	A	(a)	N	N
LAOS	S	S	S	S	S	S	(a)	S
LESOTO	S	S	S	S	S	A	S	S
LIBANO	(a)	A	(a)	A	A	S	N	A
LIBERIA	S	S	S	S	S	S	S	N
LIBIA	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
LUXEMBURGO	A	A	A	A	A	A	A	A
MADAGASCAR	S	S	S	S	S	S	S	S
MALASIA	N	N	N	N	N	N	N	N
MALAWI	S	S	A	S	S	S	S	S
MALDIVAS	(1)	A	N	N	N	N	N	N
MALTA	S	S	S	S	S	S	S	S
MALTA	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
MARROCOS	A	N	N	N	A	A	A	N
MAURICIAS	A	S	(a)	S	(a)	(a)	(a)	S
MAURITANIA	A	N	N	N	A	A	A	A
MEXICO	S	S	S	S	S	S	S	S
MOÇAMBIQUE	S	S	S	S	S	S	S	S
MONGOLIA	S	S	S	S	S	S	(a)	(a)
NEPAL	S	A	A	A	A	A	A	A
NICARAGUA	A	N	N	N	S	S	S	S
NIGER	S	(a)	S	S	S	S	(a)	A
NIGERIA	S	S	S	A	A	A	A	A
NORUEGA	A	A	A	A	A	A	A	A
NOVA GUINE PAPUA	(1)	A	A	N	N	N	N	N
NOVA ZELANDIA	A	A	A	A	N	N	N	N
OMAN	A	N	N	N	N	N	N	N
PANAMA	A	S	S	A	A	A	A	A
PAQUISTÃO	S	A	A	A	A	A	A	N
PARAGUAI	A	A	A	N	N	N	N	N
PERU	S	A	A	A	A	A	A	A

O GENOCÍDIO COMEÇOU HÁ OITO ANOS



O general Benny Murdani, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Indonésias, conduziu a ofensiva contra os patriotas timorenses.

Foi no dia 7 de Dezembro de 1975 que as tropas indonésias invadiram Timor Leste. Poucas horas antes o presidente norte-americano Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger tinham visitado Jacarta, conversado com o presidente Suharto, a quem, seguramente, deram o seu apoio.

Desde então passaram-se precisamente oito anos, oito anos de repressão que não conseguiram calar a revolta do povo maubere, agora reduzido a metade: mais de 200 mil timorenses foram mortos, pelas armas indonésias, pela fome, pela falta de assistência médica ou de medicamentos.

Mas o genocídio não é só físico. O Governo indonésio está empenhado em anular a identidade maubere — para isso tenta substituir o «Tetum» (língua comum às etnias de Timor Leste, que resistiu a um domínio colonial de 4 séculos) pela língua indonésia; a religião animista e a tradição maubere pelo islamismo e costumes indonésios.

Os timorenses mais instruídos, os intelectuais, foram perseguidos e chacinados, fecharam-se escolas, os velhos, depositários de uma tradição oral riquíssima, foram mortos. Nem a Igreja Católica (predominante em Timor) foi poupada e foi dela que partiram as denúncias mais cruas da realidade do país.

Depois da invasão, a FRETILIN retirou de Díli, a capital, e das portos mais importantes. Assistiu-se a uma guerra aberta até 1978, mas os patriotas conseguiram controlar 85 por cento do país. O Governo indonésio recorreu aos massacres, ao napalm, à destruição de cultivos para fazer render o povo pela fome (religiosos contam que num só distrito a fome matava mais de 500 por mês). No início de 1978, o ministro dos Negócios Estrangei-

ros indonésio, Adam Malik, comentava, cínico: «Já matámos 60 a 80 000 timorenses, mas libertámos 600 000.»

1980 trouxe uma nova fase à luta: a FRETILIN reorganizou-se, tornou-se mais agressiva, ao mesmo tempo que desenvolvia um intenso trabalho político no exterior. No ano seguinte, os indonésios lançaram a operação «Pacificação», na qual 50 000 timorenses serviram de escudos vivos aos soldados.

A campanha saiu-se por um fracasso, as FALINTIL (exército da FRETILIN) lançaram uma contra-ofensiva — o desgaste material e humano das forças indonésias foi enorme e em Fevereiro deste ano o Governo de Jacarta aceitou um cessar-fogo.

Que durou cinco meses, durante os quais a Indonésia não conseguiu atingir nenhum dos efeitos políticos-militares que previa. E o seu exército voltou, em Agosto deste ano, à ofensiva militar em grande escala. O general Murdani, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Indonésias afirmou, na altura: «Esta vez não toleraremos brincadeiras e não haverá misericórdia».

O sangue volta a correr, mas a resistência armada é determinada. Ao mesmo tempo, o Governo indonésio vê-se a braços com as suas contradições internas: em Outubro passado houve uma tentativa de golpe de estado, logo abafada. Vários oficiais superiores e generais foram presos.

Por outro lado, o Exército indonésio está a ser afectado por deserções: 30 soldados juntaram-se à FRETILIN em Outubro. Já em Agosto, dezenas de «hansips» (guardas civis timorenses da reserva territorial do Exército indonésio) se tinham passado para o lado dos patriotas.

Timor continua à espera da ONU

Depois da invasão de 7 de Dezembro, há oito anos, Portugal rompeu relações diplomáticas com a Indonésia e lançou um apelo ao Conselho de Segurança da ONU. Este e a Assembleia Geral acusaram a Indonésia de violar a integridade territorial do Timor português, exigiram a retirada das tropas invasoras.

Mas o Governo indonésio ignorou estas moções condenatórias, como todas as que se seguiram, e cujos termos têm vindo a ser atenuados, à medida que aumenta o número de abstenções e diminuem os votos favoráveis.

Portugal, que para todos os efeitos continua a ser a potência administrante em relação a Timor Leste, não tem feito um esforço diplomático persistente, ignorou sucessivamente oportunidades de intervenção. Entretanto e pela primeira vez desde 1975, a Assembleia Geral da ONU transferiu para o ano que vem a discussão e votação da moção condenatória da situação de Timor Leste.

Mas a contrariar a diplomacia indonésia, que tenta tudo para que a questão seja apagada da agenda da ONU e da comissão de descolonização, há vozes empenhadas na denúncia à realidade de Timor Leste. Vozes como a da Amnistia Internacional, de organizações católicas como a Pax Romana e a Pax Christi, da Cruz Vermelha (que abandonou as suas actividades em Timor Leste em Setembro, por não ter o mínimo indispensável de condições para ajudar as populações). Ou ainda, vozes como a da Austrália, país vizinho de Timor Leste e com grandes responsabilidades na área.



A repressão em Jacarta

Foi por volta de ano de 1520 que os portugueses, aborrecidos as povoadas ilhas de Sonda — os primeiros a estabelecerem a ilha de Timor, situada na extremidade sueste do arquipélago de Sonda e a porosta da Austrália — foram os missionários dominicanos. Nos dois séculos que se seguiram a Holanda disputou e repartiu a ilha com Portugal.

Anulada a resistência da população ao colonialismo, Timor foi declarada «provincia do Ultramar» em 1951. Em meados da década de 60 as notícias da luta dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África chegaram aos ouvidos da pequena ilha isolada pela distância e pela repressão. Aconteceram contactos com o PAIGC,

Face ao desafio de dois outros grupos que surgiram, oportunistas, a UDT (União Democrática Timorense, favorável a uma tese neocolonialista de uma «federação» com Portugal) e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense, adepta de uma integração na Indonésia) — a patriota ASDT transformou-se a 10 de Setembro na FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente).

O povo de Timor Leste ainda resiste. Com a FRETILIN



**Presença portuguesa
de mais de 4 séculos**

Seguiu-se um período de disputa entre as três forças, em Agosto de 1975 a UDT tentou um golpe de Estado, foi a guerra civil com a FRETILIN e a administração portuguesa abandonou Timor. Com a vitória dos patriotas da FRETILIN, a UDT e a APODETI, unidas, refugiaram-se na Indonésia. Portugal recusou-se a negociar a independência sem a sua presença.

Por isto, e pela pressão indonésia, que movimentava tropas a partir da fronteira ocidental, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência a 28 de Novembro (declaração rejeitada pelo Governo português). Dez dias depois, a 7 de Dezembro, a Indonésia invadiu Timor Leste.

4

PAISES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
POLONIA	S	S	S	(a)	(a)	A	A	A
PORTUGAL	S	S	S	S	S	S	S	S
QUATAR	A	A	A	N	N	N	N	N
QUENIA	S	S	S	S	S	S	S	S
REINO UNIDO	A	A	A	A	A	A	A	A
ROMENIA	S	S	S	(a)	A	A	A	A
REP DOMINICANA	(a)	A	A	A	A	(a)	N	A
REP CENTRO AFRICANA	(a)	S	S	S	S	S	S	A
RUANDA	S	S	S	S	S	S	S	S
S TOME E PRINCIPE	(1)	S	S	S	S	S	S	S
S VICENTE GRENADINAS	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(a)	(a)	(a)
SAMOA	(1)	(1)	A	A	A	(a)	A	A
SANTA LUCIA	(1)	(1)	(1)	(1)	S	S	S	N
SEICHELES	(1)	(a)	(a)	A	S	S	S	S
SENEGAL	S	S	S	S	S	S		A
SERRA LEOA	S	S	S	S	S	S	S	S
SINGAPURA	A	(a)	N	N	N	N	N	N
SIRIA	A	A	N	N	N	N	N	N
SOMALIA	(a)	A	(a)	A	(a)	N	A	A
SRI LANKA	A	A	A	A	A	A	A	A
SUAZILANDIA	S	S	S	S	S	S	S	S
SUDÃO	A	A	A	A	N	N	N	N
SUECIA	S	S	S	S	S	A	A	A
SURINAME	(1)	N	N	N	N	N	N	N
TAILANDIA	N	N	N	N	N	N	N	N
TANZANIA	S	S	S	S	S	S	S	S
TOGO	S	S	S	S	S	S	S	S
TRINIDAD TOBAGO	S	S	S	S	S	S	S	S
TUNISIA	(a)	N	N	N	N	N	N	N
TURQUIA	A	N	N	N	N	N	N	N
UCRANIA	S	S	S	S	S	S	S	S
UGANDA	S	S	S	S	S	S	S	S
URSS	S	S	S	S	S	S	S	S
URUGUAI	A	N	N	N	N	N	A	N
VANUATU	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	S	S
VENEZUELA	S	A	A	A	A	A	A	A
VIETNAME	(1)	(1)	S	(a)	S	S	S	S
ZAIRE	A	A	N	N	N	A	A	A
ZAMBIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ZIMBABUE	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	S	S	S

O GENOCÍDIO COMEÇOU HÁ OITO ANOS



O general Benny Murdani, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas indonésias, conduz a ofensiva contra os patriotas timorenses.

Foi no dia 7 de Dezembro de 1975 que as tropas indonésias invadiram Timor Leste. Poucas horas antes o presidente norte-americano Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger tinham visitado Jacarta, conversado com o presidente Suharto, a quem, seguramente, deram o seu apoio.

Desde então passaram-se precisamente oito anos, oito anos de repressão que não conseguiram calar a revolta do povo maubere, agora reduzido a metade mais de 200 mil timorenses foram mortos, pelas armas indonésias, pela fome, pela falta de assistência médica ou de medicamentos.

Mas o genocídio não é só físico: o Governo indonésio está empenhado em anular a identidade maubere — para isso tenta substituir o «Tetum» (língua comum às etnias de Timor Leste, que resiste a um domínio colonial de 4 séculos) pela língua indonésia; o religião animista e a tradição maubere pelo islamismo e pelo marxismo indonésios.

Os timorenses mais instruídos, os intelectuais, foram perseguidos e chacinados, fecharam-se escolas, os velhos, depositários de uma tradição oral riquíssima, foram mortos. Nem a Igreja Católica (predominante em Timor) foi poupada e foi dela que partiram as denúncias mais cruas da realidade do país.

Depois da invasão, a FRETILIN retirou de Díli, a capital, e dos portos mais importantes. Assistiu-se a uma guerra aberta até 1978, mas os patriotas conseguiram controlar 85 por cento do país. O Governo indonésio recorreu aos massacres, ao napalm, à destruição de culturas para fazer render o povo pela fome (religiosos coimam que hum ao distrito a fome matava mais de 500 por mês). No início de 1978, o ministro dos Negócios Estrangei-

ros indonésio, Adam Malik, comentava, cínicamente: «Já matámos 80 a 80 000 timorenses, mas libertámos 600 000».

1980 trouxe uma nova fase à luta: a FRETILIN reorganizou-se, tornou-se mais agressiva, ao mesmo tempo que desenvolvia um intenso trabalho político no exterior. No ano seguinte, os indonésios lançaram a operação «Pacificação», na qual 50 000 timorenses serviram de escudos vivos aos soldados.

A campanha saiu-se por um fracasso, as FALINTIL (exército da FRETILIN) lançaram uma contra-ofensiva — o desgaste material e humano das forças indonésias foi enorme e em Fevereiro deste ano o Governo de Jacarta aceitou um cessar-fogo.

Que durou cinco meses, durante os quais a Indonésia não conseguiu atingir nenhum dos efeitos políticos-militares que previra. E o seu exército voltou, em Agosto deste ano, à ofensiva militar em grande escala. O general Murdani, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas indonésias afirmou, na altura: «Esta vez não toleraremos brincadelas e não haverá misericórdia».

O sangue volta a correr, mas a resistência armada é determinada. Ao mesmo tempo, o Governo indonésio vê-se a braços com as suas contradições internas: em Outubro passado houve uma tentativa de golpe de estado, logo abafada. Vários oficiais superiores e generais foram presos.

Por outro lado, o Exército indonésio está a ser afectado por deserções: 30 soldados juntaram-se à FRETILIN em Outubro. Já em Agosto, dezenas de «hanáps» (guardas civis timorenses da reserva territorial do Exército indonésio) se tinham passado para o lado dos patriotas.

Timor continua à espera da ONU

Depois da invasão de 7 de Dezembro, há oito anos, Portugal rompeu relações diplomáticas com a Indonésia e lançou um apelo ao Conselho de Segurança da ONU. Este e a Assembleia Geral acusaram a Indonésia de violar a integridade territorial do Timor português, exigiram a retirada das tropas invasoras.

Mas o Governo indonésio ignorou estas moções condenatórias, como todas as que se seguiram, e cujos termos têm vindo a ser atenuados, a medida que aumenta o número de abstenções e diminuem os votos favoráveis.

Portugal, que para todos os efeitos continua a ser a potência administrante em relação a Timor Leste, não tem feito um esforço diplomático persistente, ignorou sucessivamente oportunidades de intervenção. Entretanto e pela primeira vez, desde 1975, a Assembleia Geral da ONU transferiu para o ano que vem a discussão e votação da moção condenatória da situação de Timor Leste.

Mas a contrariedade à diplomacia indonésia, que tentou tudo para que a questão seja apagada da agenda da ONU e da comissão de descolonização, há vozes entristecidas na denúncia à realidade de Timor Leste. Vozes como a da Amnistia Internacional, de organizações católicas como a Pax Romana e a Pax Christi, da Cruz Vermelha (que abandonou as suas actividades em Timor Leste em Setembro, por não ter o mínimo indispensável de condições para ajudar as populações). Ou ainda vozes como a da Austrália, país vizinho de Timor Leste e com grandes responsabilidades na área.



A repressão em Jacarta

Foi por volta do ano de 1520 que os portugueses, liderados por navegantes ilhéus de Sonda — os primeiros a estabelecerem a ilha de Timor, situada na extremidade sudeste do arquipélago da Sonda e a noroeste da Austrália, foram os invasores dominadores. Nos dois séculos que se seguiram a Holanda disputou o território à ilha com Portugal.

Anulada a resistência da população ao colonialismo, Timor foi declarada «província do Ultramar» em 1961. Em meados da década de 60 as notícias da luta dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África chegaram aos ouvidos da pequena ilha isolada pela distância e pela repressão. Aconteceram contactos com o PAIGC,

Face ao desfecho de dois outros grupos que surgiram: oportunistas, a UDT (União Democrática Timorense), favorável a uma tese neocolonialista de uma «federação» com Portugal, e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense, adepta de uma integração na Indonésia) — a patriota ASDT transformou-se a 10 de Setembro na FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente).

O povo de Timor Leste ainda resiste. Com a FRETILIN



**Presença portuguesa
de mais de 4 séculos**

Seguiu-se um período de disputa entre as três forças, em Agosto de 1975 a UDT tentou um golpe de Estado, foi a guerra civil com a FRETILIN e a administração portuguesa abandonou Timor. Com a vitória dos patriotas da FRETILIN, a UDT e a APODETI, unidas, refugiaram-se na Indonésia. Portugal recusou-se a negociar a independência sem a sua presença.

Por isto, e pela pressão indonésia, que movimentava tropas a partir da fronteira ocidental, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência a 28 de Novembro (declaração rejeitada pelo Governo português). Dez dias depois, a 7 de Dezembro, a Indonésia invadia Timor Leste.

QUADRO ANO A ANO, TOTAIS E PERCENTAGENS

1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	
<u>73</u>	<u>66</u>	<u>67</u>	<u>61</u>	<u>63</u>	<u>59</u>	<u>58</u>	<u>50</u>	S
53,3%	45,8%	45,3%	41,0%	42,0%	38,5%	37,7%	32,0%	
<u>43</u> <u>55</u>	<u>51</u> <u>58</u>	<u>47</u> <u>55</u>	<u>44</u> <u>58</u>	<u>45</u> <u>56</u>	<u>42</u> <u>59</u>	<u>40</u> <u>54</u>	<u>50</u> <u>60</u>	A
12	7	8	14	11	17	14	10	a
40,2%	40,3%	37,2%	38,9%	37,3%	38,5%	35,0%	38,5%	
<u>9</u>	<u>20</u>	<u>26</u>	<u>30</u>	<u>31</u>	<u>35</u>	<u>42</u>	<u>46</u>	N
6,5%	13,9%	17,5%	20,1%	20,7%	23,0%	27,3%	29,5%	
137	144	148	149	150	153	154	156	total

1. Uma primeira leitura revela facilmente que a grande quebra dos votos favoráveis a Timor-Leste se verifica em 1976. Neste ano, embora se verifique ainda uma derrota esmagadora da Indonésia, nota-se uma inflexão fortíssima nas percentagens. Tudo leva a crer que a actuação diplomática conjunta Indonésia+EUA, que não tivera tempo para preparar o debate de 1975, desenvolveu uma campanha muito activa em 1976.
2. Depois do grande salto percentual de 1976, mantêm-se uma deslocação de votos para a direita constante mas sem números muito altos nem grandes saltos. (Excepção feita à votação de 1979, que é idêntica à de 1978.) É a constância da ligeira deslocação anual de votos que, somada ao salto de 1976, produz o desnível 1975-82. O que impressiona na leitura deste quadro não são os números anuais depois de 1976, mas sim a persistência, regularidade e planificação do esforço diplomático indonésio.
3. De 1975 a 1982 os votos /S/ descem /23/; os votos /N/ sobem /37/. Ou seja, são mais graves os ganhos /N/ do que as perdas /S/. Este é um dos indícios de que, para além dos votos "fixos" ("garantidos") de ambos os lados, a habilidade diplomática no jogo com os países "flutuantes desempenha papel decisivo.
4. A leitura de extremo a extremo (1975 a 1982) mostra que a inversão da votação se expressa por:
 - = perda (em 1976) da maioria absoluta /S/;
 - = tendência para a igualização entre /S/ e /N/, ou seja, para a vitória da Indonésia;
 - = estabilidade (apenas estatística, como se verá) da percentagem de /Aa/; na realidade, as abstenções funcionam como um "reservatório" de conteúdo instável onde a Indonésia vai buscar votos ou para onde são enviados alguns votos /S/ que não foram defendidos e estabilizados por Portugal. De facto, como se vê noutros quadros, apenas 27/Aa/ são fixos, apesar de se verificarem sempre 54 a 60/Aa/.

QUADRO DA DESLOCAÇÃO DE VOTOS ANO A ANO
(por totais e subtracção)

	← à esquerda	→ à direita
1976	6	24
1977	3	10
1978	3	12
1979	7	11
1980	2	11
1981	6	12
1982	8	17

Este quadro confirma as conclusões do anterior:

O ano das grandes alterações com salto favorável à Indonésia é 1976; nos anos seguintes o movimento para a direita mantém-se, mas reduzido a metade do valor de 1976.

Se, neste quadro, subtrairmos os movimentos de voto dos países que seguem uma linha "confusa" e muito instável na votação, chegar-se-á exactamente à mesma conclusão -isto é, obter-se-á uma lista proporcional a esta -, talvez mais tipificada, ficando-nos no entanto a dúvida sobre uma questão decisiva

(uma vez que feita essa operação desaparece a "anormalidade" do 17 em 1982): na ano de 1982 ou o crescente movimento à direita é apenas a parente (ou seja, devido a algumas coincidências mais ou menos fortuitas) ou a Indonésia conseguiu fixar o voto de alguns dos países "flutuantes". Neste caso, tratar-se-ia certamente de uma campanha diplomática realizada em 1981 no âmbito dos países da OPEP e da OPAEP - é o que se pode deduzir do estudo subtrativo dos "flutuantes". A dificuldade, porém, reside na explicação do comportamento desses países, incapazes de manterem o mesmo voto dois anos seguidos; donde resulta a dificuldade de demonstrar objectivamente onde acaba o encontro fortuito desses movimentos de voto e onde começa a planificação e acção diplomática. (Nota: o quadro "subtraído" dos "flutuantes" não está aqui apresentado mas constrói-se facilmente por conjugação deste com as anotações do quadro seguinte.)

QUADRO DA DESLOCAÇÃO DE VOTOS PAÍS POR PAÍS

Para dar operacionalidade a este quadro foi preciso definir alguns conceitos de utilização; as definições escolhidas poderão parecer um pouco aleatórias, mas até agora o seu critério tem-me parecido o mais aceitável na prática; de qualquer forma é fácil proceder a uma redefinição sem necessidade de alteração do quadro de base.

- a) Consideram-se votações fixas as dos países que nunca alteraram o seu voto.
- b) Consideram-se semifixas as dos países que:
 - = alteraram o voto numa das votações, regressando depois "definitivamente" ao voto inicial;
 - = se tornaram membros da ONU depois de 1977 (ano escolhido por ser aquele em que todas as ex-colónias portuguesas passam a participar na votação; e porque, a partir daí, apenas há quatro "amostras", o que pode ser ou não ser significativo);
 - = fixaram o voto depois de um primeiro voto diverso (p. ex. EUA);
 - = oscilam entre /A/ e /a/.

Ambos os grupos, fixos e semifixos, são destacados no quadro para mais fácil leitura.

PAÍSES	SIM	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	NÃO
Afeganistão	78-82 ← 75-77			
Albânia	75-82			
Alemanha Federal		75-82		
Alemanha Democrática	75-78 → 79-82			
Alto-Volta	75-81 → 82			
Angola	77-82			
Antigua Barbuda				82
Arábia Saudita				75-82
Argélia	75-82			
Argentina		75-79 → 80-82		
Austrália	75 → 76-77 → 78-82			
Áustria		75-82		
Bahamas		75-82		
Bahrein	75 → 76-80 → 81-82			
Bangladesh	75 → 76-82			
Barbados	75-82			
Bélgica		75-82		
Belize	81-82			
Benin	76-82 ← 75			
Bielorrússia	75-82			
Birmânia		77-79 ← 75-76 81-82 ← 80		
Bolívia	75 → 76-79 → 80-81 82 ←			
Botsvana	75-81 → 82			
Brasil	75-82			
Bulgária	75-79 → 80-82			
Burundi	75-82			

PAÍSES	SIM	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	NÃO
Butão		75-82		
Cabo Verde	76-82			
Camarões	75-78 81	79-80 82		
Campuchea	76		75 77-79	80-82
Canadá		75-79		80-82
Chade	75-81			82
Checoslováquia	75-78	79-82		
Chile	75			76-82
China	75-82			
Chipre	75-82			
Colômbia		75-78 82		79-81
Comoros	77		76 78-80	82 81
Congo	76-82		75	
Costa do Marfim	75-76	77-82		
Costa Rica	79 81	75-77 80 82	78	
Cuba	75-82			
Dinamarca		75-82		
Djibuti		77	78-82	
Dominica		82	80-81	
Egipto	75-76			77-82
El Salvador	75	76-80		81-82
Emirados Árabes Unidos	75	76-80		81-82
Equador	75-77	80-82	78-79	
Espanha		75-82		
Estados Unidos		75		76-82
Etiópia	75-82			

PAÍSES	SIM	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	NÃO
Fiji	75 →	76-81 →		82
Filipinas				75-82
Finlândia		75-82		
França		75-82		
Gabão	75-77 →	78-82		
Gâmbia	75-79 →		80-81 →	82
Gana	75-82			
Granada	75 → 77-82 ←	76 →		
Grécia	75-82			
Guatemala		75-79 →	80 →	81-82
Guiana	75-82			
Guiné	75-81 →	82		
Guiné - Bissau	75-82			
Guiné Equatorial	75-77 → 79 ←	78 → 80-82 →		
Haiti	75 → 77-81 ←	76 → 82 →		
Holanda		75-82		
Honduras		76-77 →	75 → 78 →	79-82
Hungria	75-78 →	79-82		
Iêmene		76 →	75 → 77-78 → 81 →	79-80 → 82
Iêmene Democrático	75-82			
Ilhas Salomão		81 ←	78-80 →	82
Índia				75-82
Indonésia				75-82
Irão	79-81 →		82 →	75-78
Iraque		75-76 →		77-82
Irlanda	82 ←	75-81		

PAÍSES	SIM	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	NÃO
Islândia	75-82			
Israel		75-82		
Itália		75-82		
Jamaica	75-80	81-82		
Japão				75-82
Jordânia		75		76-82
Jugoslávia		75-82		
Kuweit	75	76-79	80	81-82
Laos	75-80		81	
Lesoto	75-79	81-82	80	
Líbano	80	76	75	81
Libéria	75-82			
Líbia			75-82	
Luxemburgo		75-82		
Madagáscar	75-82			
Malásia				75-82
Malawi	75-76	77		
Maldivas		76		77-82
Mali	75-82			
Malta			75-82	
Marrocos		75		76-78
Maurícias	76	75	77	79-81
Mauritânia		75		76-78
México	75-82			
Moçambique	75-82			
Mongólia	75-80		81-82	

PAÍSES	SIM	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	NÃO
Nepal	75	76-82		
Nicarágua	79-82	75		76-78
Niger	75 77-80	82	76 81	
Nigéria	75-77	78-82		
Noruega		75-82		
Nova Guiné Papua		76-77		78-82
Nova Zelândia		75-78		79-82
Oman		75		76-82
Panamá	76-77	75 78-82		
Paquistão	75	76-81		82
Paraguai		75-77		78-82
Peru	75	76-82		
Polónia	75-77	80-82	78-79	
Portugal	75-82			
Qatar		75-77		78-82
Quênia	75-82			
Reino Unido		75-82		
Roménia	75-77	79-82	78	
República Dominicana		76-79	82 75 80	81
República Centro-Africana	76-81	82	75	
Ruanda	75-82			
S. Tomé e Príncipe	76-82			
S. Vicente Grenadinas			80-82	
Samoa		77-79 81-82	80	
Santa Lucia	79-81			82
Seishells	79-82	78	76-77	

PAÍSES	SIM	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA	NÃO
Senegal	75-80 → 82			
Serra Leoa	75-82			
Singapura		75 → 76 → 77-82		
Síria	77-82 ← 75-76			
Somália		76 78 81-82 75 77 79 → 80		
Sri Lanka		75-82		
Suazilândia	75-82			
Sudão		75-78 → 79-82		
Suécia	75-79 → 80-82			
Suriname				76-82
Tailândia				75-82
Tanzânia	75-82			
Togo	75-82			
Trinidad Tobago	75-82			
Tunísia			75 → 76-82	
Turquia		75 → 76-82		
Ucrânia	75-82			
Uganda	75-82			
URSS	75-82			
Uruguai		75 81 → 76-80 82		
Vanuato	81-82			
Venezuela	75 → 76-82			
Vietname	77 79-82 → 78			
Zaire		75-76 80-82 → 77-79		
Zâmbia	75-82			
Zimbabué	80-82			

1. votos fixos S + semifixos S = 46

Constituem a maioria dos votos /S/.

votos fixos S = 36

Albânia	Gana	Quênia
Angola (1977)	Grécia	Ruanda
Argélia	Guiana	S. Tomé e Príncipe (1976)
Barbados	Guiné-B.	Serra Leoa
Bielorrússia	Iêmene Dem.	Suazilândia
Brasil	Islândia	Tanzânia
Burundi	Libéria	Togo
Cabo Verde (1976)	Madagáscar	Trindade e Tobago
China	Mali	Ucrânia
Chipre	México	Uganda
Cuba	Moçambique	URSS
Etiópia	Portugal	Zâmbia

votos semifixos S = 10

Belize (1981)	Lesoto (A ₈₀)
Benim (N ₇₅)	Malawi (A ₇₇)
Congo (a ₇₅)	Vanuato (1981)
Granada (A ₇₆)	Vietname (a ₇₈)
Laos (a ₈₁)	Zimbabuê (1981)

2. votos fixos Aa + semifixos Aa = 27

Constituem metade ou menos de todas as /Aa/ - o que é sintomático.

votos fixos Aa = 20

RFA	Espanha	Líbia (a)
Áustria	Finlândia	Luxemburgo
Bahamas	França	Malta (a)
Bélgica	Holanda	Noruega
Butão	Israel	Reino Unido
Dinamarca	Itália	Sri Lanka
Djibuti (A ₇₇ , a ₇₈₋₈₂)	Jugoslávia	

É constituído muito claramente pelo bloco europeu. Contudo, integram-no algumas excepções e casos a considerar: Bahamas, Djibuti e Sri Lanka (aparentemente irrecuperáveis para um voto /S/) e Butão e Líbia.

Nota: Líbia e Malta são fixos em /a/.

votos semifixos Aa = 7

Birmânia (5xA+3xa)	S. Vivente e Granadinas (a)
Dominica (a ₈₀₋₈₁ , A ₈₂)	Samoa O. (A, a ₈₀ , A)
Nepal (S ₇₅ → A)	Venezuela (S ₇₅ → A)
Peru (S ₇₅ → A)	

3. votos fixos N + semifixos N = 17

Ou seja, menos de metade dos votos /N/ das últimas três votações. Este número, contudo, só tem pleno sentido desde a votação de 1976, 20/N/, pois em 1975 apenas houve 9/N/, 7 dos quais fixos.

Mesmo que se tomem estes 17/N/ como "definitivamente" fixos, note-se

que tal número é muito baixo - e sobretudo inferior às /Aa/ fixas+semi-fixas e muitíssimo inferior aos /S/ fixos+semifixos.
É este o dado, em todas as abordagens possíveis, que melhor revela a importância da acção diplomática, o papel das abstenções não fixas e o cuidado a ter com os votos "flutuantes", que parecem ser os mais descuidados e desprezados ao longo de todo o processo (talvez por pertencerem a países do Terceiro Mundo, considerados todos eles, "por atacado", controlados pelas grandes potências e sem remédio...).

votos fixos N = 8

Arábia Saudita	Indonésia	Japão
Filipinas	Malásia	Tailândia
Índia	Suriname (1976)	

É o bloco pró-indonésio mais firme e agressivo - lembremo-nos que sete destes votaram em 1975, quando a Europa e os EUA se abstinham. Tanto o bloco indonésio como o bloco norte-americano (que aparecerá no grupo seguinte) não são irremediavelmente inelutáveis do ponto de vista diplomático. Porém, a presença da Arábia Saudita neste grupo é talvez mais preocupante do que a posição do Japão ou dos EUA. (V. OPEP, etc., mais adiante.)

votos semifixos N = 9

Antígua e Barbuda(1982)	EUA ($A_{75} \rightarrow N$)	Oman ($A_{76} \rightarrow N$)
Bangladesh ($S_{75} \rightarrow N$)	Jordânia ($A_{75} \rightarrow N$)	Tunísia ($a_{75} \rightarrow N$)
Chile ($S_{75} \rightarrow N$)	Maldivas ($A_{76} \rightarrow N$)	Turquia ($A_{75} \rightarrow N$)

Estes votos parecem ser inalteráveis, sem excepção (Maldivas?), por isso podemos considerá-los também como fixos. Contudo, talvez haja razão para distinguir este bloco EUA do bloco anterior, a que chamamos "indonésio", a prazo.
Neste bloco não há nenhum membro da OPEP/OPAEP.

4. movimentos lineares à esquerda ($S \leftarrow AaN$) = 4

Afeganistão ($S_{78-82} \leftarrow A$)	Seychelles ($S_{79-82} \leftarrow Aa$)
Irlanda ($S_{82} \leftarrow A$)	Síria ($S_{77-82} \leftarrow A$)

Nota: são 4 países colocados em pontos económicos, políticos e geográficos diferentes.

5. movimentos lineares à direita ($S \rightarrow Aa$) = 16

$S \rightarrow A$ = 10

Alto Volta ($S \rightarrow A_{82}$)	Guiné-Conacri ($S \rightarrow A_{82}$)
Botswana ($S \rightarrow A_{82}$)	Hungria ($S \rightarrow A_{79-82}$)
Checoslováquia ($S \rightarrow A_{79-82}$)	Jamaica ($S \rightarrow A_{81-82}$)
Gabão ($S \rightarrow A_{78-82}$)	Nigéria ($S \rightarrow A_{78-82}$)
Costa do Marfim ($S \rightarrow A_{77-82}$)	Senegal ($S \rightarrow A_{82}$)

Nota: 4 países mudam de voto pela primeira vez em 1982. Até aí estavam fixos.
Nota: A Jamaica teve uma viragem interna de direita em 80-81.
Costa do Marfim e Gabão parecem irrecuperáveis também.

$$[S \rightarrow a] = 3$$

RDA ($S \rightarrow a_{79-82}$) Bulgária ($S \rightarrow a_{80-82}$) Mongólia ($S \rightarrow a_{81-82}$)

Nota: Se seguirem a lógica do restante bloco a que pertencem, na próxima votação passarão a /A/.

$$[S \rightarrow a, A] = 3$$

Equador ($S \rightarrow a_{78-79}, A_{80-82}$)

Polónia ($S \rightarrow a_{78-79}, A_{80-82}$)

Roménia ($S \rightarrow a_{78}, A_{79-82}$)

Podemos, dentro destes três grupos, organizar os seguintes:

= "bloco de Leste" = Checoslováquia, Hungria, RDA, Bulgária, Polónia e Mongólia. O ponto central de viragem é em 78-79, ou seja, o ano mais estável das votações na ONU!

= grupo da "campanha diplomática africana", aparentemente iniciada em 1977, com efeitos evidenciados até 1979 e reforçada em 1982 - de facto, a conjugação do grupo /S — Aa/ com o grupo /... — N/ sugere que a Indonésia terá efectuado uma "campanha africana" em 77-78, mas só a investigação de acções diplomáticas concretas poderá confirmá-lo. Por outro lado, parece ter havido um "reforço à campanha" em 1982. As duas fases da "campanha africana" não me parecem feitas ao acaso, mas sim por subgrupos característicos:

1) Gabão, Costa do Marfim, Nigéria; (Sudão?, Egipto?).

2) Alto Volta, Botswana, Guiné-Conacri, Senegal; Gâmbia, (Chade?).

Finalmente: veja-se, no capítulo /movimentos complexos tendendo para Aa/, como o "grupo africano" fica definitivamente arrumado em 1982! (se entendermos por "arrumação" as situações /Aa/ e /N/).

= a estudar: grupo dos países muçulmanos.

= a estudar: grupo das ex-colónias francesas.

= a estudar: actuação da CEE fora da Europa ou sua influência.

6. movimentos lineares à direita (... → N) = 23

$$[Aa \rightarrow N] = 11$$

Argentina (A → N₈₀₋₈₂)

Nova Zelândia (A → N₇₉₋₈₂)

Canadá (A → N₈₀₋₈₂)

Qatar (A → N₇₈₋₈₂)

Guatemala (A, a₈₀ → N₈₁₋₈₂)

Singapura (A, a₇₆ → N₇₇₋₈₂)

I. Salomão (a, A₈₁ → N₈₂)

Paraguai (A → N₇₈₋₈₂)

Iraque (A → N₇₇₋₈₂)

Sudão (A → N₇₉₋₈₂)

Nova Guiné Papua (A → N₇₈₋₈₂)

Nota: parecem definitivamente irre recuperáveis : Guatemala, Paraguai, Singapura, Sudão.

Nota: votam com a Austrália: Nova Guiné Papua e Nova Zelândia.

$$[S \rightarrow Aa \rightarrow N] = 8$$

Austrália (S → A → N₇₈₋₈₂)

Fidji (S → A → N₈₂)

Bahrein (S → A → N₈₁₋₈₂)

Gâmbia (S₇₅₋₇₉ → a → N₈₂)

El Salvador (S → A → N₈₁₋₈₂)

Kuweit (S₇₅ → A → a₈₀ → N₈₁₋₈₂)

EAU (idem)

Paquistão (S₇₅ → A → N₈₂)

Nota: à excepção da Austrália, o ponto de viragem é 81-82 - o que certamente não sucedeu por acaso.

Provavelmente as Fidji mudarão de voto se a Austrália o fizer.

Provavelmente são irre recuperáveis os votos: Bahrein, El Salvador, e Paquistão.

$$[S \rightarrow N] = 4$$

Chade (S → N₈₂)

Santa Lucia (S → N₈₂)

Egipto (S → N₇₇₋₈₂)

Suécia (S → N₈₀₋₈₂)

Nota: Deve ser o grupo que reflecte melhor as mudanças internas dos países em causa. O voto de Santa Lucia é irre recuperável.

7. movimentos complexos = 23

(Dispensó-me de explicar um conjunto complexo de critérios subjacentes à organização deste capítulo, embora, de qualquer forma, ele tivesse que existir, por exclusão de partes, e mais ou menos com este aspecto.)

$$[\text{movimentos complexos tendendo para } Aa_{82}] = 16$$

$$[\rightsquigarrow Aa_{82} \leftarrow] = 4$$

Bolívia, Comoros, Irão, Líbano.

$$[\rightsquigarrow Aa_{82}] = 7$$

Camarões, Níger, Costa Rica, Panamá, Guiné Equatorial, Rep. Centro-Africana, Haiti.

$\boxed{Aa_{82} \leftarrow \sim} = 5$

Colômbia, Maurítânia, Rep. Dominicana, Somália, Zaire.

$\boxed{\text{movimentos complexos tendendo para } S_{82} \leftarrow \sim} = 2$

Maurícias, Nicarágua.

Nota: parece certo que este grupo se tornará fixo.

$\boxed{\text{movimentos complexos tendendo para } \sim \rightarrow N_{82}} = 5$

Campuchea, Honduras, Iêmene, Marrocos, Uruguai.

Nota: Nada obriga, aparentemente, a que este grupo se fixe em /N/.

A N E X O S

1.

A estudar: Organizações que parecem estar mais directamente ligadas à viragem de direita de voto de alguns países:

Conselho de Cooperação do Golfo

OPEP

ASEAN

2. PAÍSES DA OPEP E OPAEP

OPEP: (votações em 80-81; os fixos estão sublinhados; *=membro da OPAEP)

Arábia Saudita (<u>N</u>)*	Líbia (<u>a</u>)*
Iraque (<u>N</u>)*	EAU (<u>N</u>)*
Irão (S,a)	Argélia (S)*
Kuwait (<u>N</u>)*	Nigéria (<u>A</u>)
Venezuela (<u>A</u>)	Equador (<u>A</u>)
Qatar (<u>N</u>)*	Gabão (<u>A</u>)
Indonésia (<u>N</u>)	

Ou seja: o bloco de direita dentro dos países do petróleo é identificável na OPAEP ... (até quando as excepções Argélia e Síria, na ausência de uma ofensiva diplomática a favor de Timor-Leste?).

OPAEP:

Kuwait (<u>N</u>)	EAU (<u>N</u>)	Qatar (<u>N</u>)
Líbia (<u>a</u>)	Argélia (S)	Iraque (<u>N</u>)
Ar. Saudita (<u>N</u>)	Bahrein (<u>N</u>)	Síria (S)

3. PAÍSES DA ASEAN

Filipinas (<u>N</u>)	Malásia (<u>N</u>)	Tailândia (<u>N</u>)
Indonésia (<u>N</u>)	Singapura (<u>N</u>)	

4. PAÍSES REPRESENTADOS NA PRIMEIRA CIMEIRA DOS NÃO ALINHADOS

5. PAÍSES LIGADOS AO MOVIMENTO DOS NÃO ALINHADOS
(países membros e países presentes nos
encontros de 1983)

[S] = 37 (80-82)

Afeganistão
Angola
Argélia
Belize
Benim
Burundi
Cabo Verde
Chipre
Congo
Cuba
Etiópia
Gana
Granada
Guiana
Guiné-B.
Libéria
Madagáscar
malawi
Mali
Moçambique
Nicarágua
Quênia
R.P.D. Iêmene
Laos
Ruanda
S.T. Príncipe
Serra Leoa
Seychelles
Síria
Suazilândia
Tanzânia
Togo
Trindade e Tobago
Uganda
Vietname
Zâmbia
Zimbabué

[Aa] = 20 (80-82)

Alto Volta (S → A)
Birmânia
Botswana (S → A)
Butão
Equador
gabão
Guiné (S → A)
Jamaica
Jugoslávia
Líbia
Malta
Mauritânia
Nepal
Nigéria
Panamá
Peru
R. Centro-Afr. (S → A)
Senegal (S → A)
Sri Lanka
Zaire

[~] = 10 (82)

Bolívia (A)
Camarões (A)
Colômbia (A)
Guiné Eq. (a)
Irão (a)
Líbano (A)
Maurícias (S)
Níger (A)
R.Ár. Iêmene (N)
Somália (A)

[N] = 24 (80-82)

Arábia Saudita
Argentina
Bahrein
Bangladesh
Chade (S → N)
Egipto
EAU (A → N)
Índia
Indonésia
Iraque
Jordânia
Kampuchea (a → N)
Kuwait (Aa → N)
Líbano
Malásia
Maldivas
Marrocos (A → N)
Oman
Paquistão (A → N)
Qatar
Singapura
Sudão
Suriname
Tunísia